

# **GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: OS CONTORNOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL.**

João Diogenes Ferreira dos Santos; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB; diovc@uol.com.br  
Marcos Silva Marinho; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB; o\_marcus@hotmail.com

## **Resumo**

O presente artigo tem o objetivo de apresentar os resultados da pesquisa sobre a violência relacionada às situações inseridas nos campos do gênero e da diversidade sexual no Brasil. As várias manifestações da violência (psicológica, simbólica, sexual, física e letal) atingem alvos preferenciais com contornos de gênero. Nesta realidade, o Brasil apresenta-se enquanto país que registra altos índices de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Tais manifestações foram interpretadas neste artigo através do arcabouço teórico que discute gênero, sexismo, sexualidade, diversidade e heteronormatividade. As suas estratégias metodológicas compreenderam a análise dos dados do Relatório da Delegacia de Mulheres da cidade de Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, nos anos de 2013 e 2014; do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, nos anos de 2012, realizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e dos Relatórios Anuais de Assassinato de Homossexuais (LGBT), relativos aos anos de 2012, 2013 e 2014, de autoria do Grupo Gay da Bahia (GGB)- Brasil. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas que vivenciaram as diversas formas da violência marcada pelo gênero e pela diversidade sexual. Dessa forma, concluiu-se que a negação de direitos às pessoas LGBT advém da desumanização desses sujeitos em virtude de suas identidades sexuais e de gênero. Conforme comprovam os dados pesquisados, ela se fundamenta nos padrões sexuais heteronormativos e lança à vulnerabilidade as pessoas que neles não se enquadram.

## **Palavras chaves:** Sexualidades, ideologia e violência

O Brasil apresenta, de acordo com dados oficiais e não oficiais, um alto índice de morte da chamada população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Tal fenômeno acontece na realidade, em que este grupo, por meio dos movimentos sociais, explícita os conflitos e as várias formas de violência sofridas, cotidianamente, nas médias e grandes cidades brasileiras. Neste sentido, o objetivo deste artigo é discorrer a respeito da violência, inserida nos campos do gênero e da sexualidade, no Brasil, onde milhares pessoas sofrem alguma forma de violência ou, até mesmo, morrem por se constituírem em identidades de gênero e sexual diferentes da dita normal, a heterossexualidade.

No campo do senso comum, muitas pessoas ainda acham que a sexualidade é de foro íntimo e natural, que se manifesta em uma única expressão, a heterossexualidade. Torres (2010, p. 23) sublinha que as práticas sexuais foram naturalizadas para controlar o corpo dos sujeitos, restringindo suas possibilidades de expressão da diversidade sexual.

Podemos inferir que há um conjunto de normas sobre a sexualidade que determinam as identidades de gênero e sexuais, os papéis sexuais e a orientação sexual do desejo. Este conjunto de normas parte de uma construção social que confundi o sexo com a sexualidade. Diferente dessa acepção, o sexo está relacionado à anatomia sexual do macho e da fêmea, conforme aborda Picazio (2010, p. 31), quando diz: quando nascemos, de acordo com nossas características corporais, somos registrados como macho e fêmea. Quando falamos em sexo masculino ou feminino, estamos nos referindo às características dos órgãos sexuais e à predominância deles em nosso corpo. Já a sexualidade é uma construção sócio-histórica, que se relaciona com a classe, a etnia, o sexo e o

gênero, constituindo-se como elemento essencial para nossa condição humana (LOURO, 1997). Portanto, sexo e sexualidade não são sinônimos, relacionam-se, mas são distintos.

A determinação biológica dos sexos estabelece a definição de ser menino e de ser menina. Essa definição dá base para os papéis sexuais, que se referem aos comportamentos, às atitudes, às expressões, ligados ao que conhecemos como masculino e feminino (PICAZIO, 2010).

Com base nesta construção ideológica, as reações positivas ou negativas, diante do comportamento das crianças, fazem da infância um momento crucial para o aprendizado da sexualidade. As normas são moduladas entre os diversos espaços de sociabilidade da infância, definindo uma gama de situações referente ao biônimo menino/menina. Brinquedos, brincadeiras, jogos, cores, comportamentos, atitudes se enquadram nesse modelo. Contudo, apesar de serem distintos, os comandos que afirmam a identidade masculina ou feminina da criança, no seio familiar, na escola, ou qualquer espaço, significam representações de um mesmo substrato ideológico.

A classificação das pessoas realizada pelo critério do sexo biológico indica que o binômio sexo-gênero é utilizado como referência para consolidar as representações ideológicas femininas e masculinas. A produção da sexualidade e do gênero como categorias constitutivas de duas identidades, a feminina e a masculina, ocorre nos e pelos discursos (FOUCAULT, 2003). Grosso modo, o primeiro lugar em que estes elementos são projetados é o discurso. Uma criança recém-nascida só irá estabelecer alguma relação de pertencimento a determinado gênero a partir do instante em que adquire consciência da associação feita entre o seu sexo biológico e o seu respectivo gênero. Para tanto, por não serem o sexo e o gênero saberes inatos, o discurso impõe-se à produção das sexualidades.

Partindo da tese de Michel Foucault (2003), foi a partir do século XIII que o sexo foi inserido como objeto de investigação para os saberes e de normatização para o poder. O autor não nega a discriminação e o aviltamento às pessoas não heterossexuais que precederam este marco. Contudo, afirma que a utilização do sexo como parâmetro decisivo para a definição de estigmas e limites aos homossexuais passou a ser sistemática, nesse período.

Foucault (2003) analisa as transformações nas classes sociais europeias e observa que a ascensão da burguesia ao poder serviu como elemento desencadeador de uma transformação do que era pensado a respeito do sexo. Se para a aristocracia nobiliárquica o corpo representava, por si só, um elemento que a diferenciava dos demais setores da sociedade, para a burguesia não foi diferente. Entretanto, foi por meio do sangue que a nobreza se especificou e isto, obviamente, não foi possível à burguesia reproduzir. Iniciou-se assim, espontaneamente, uma série de constrições ao desejo e ao prazer.

O corpo passou a ser objeto de uma especificação tão determinada em busca da distinção da burguesia com as demais classes sociais. Com isto, essa classe em ascensão erigiu sobre si uma infinidade de regras morais que atuavam para a construção de um ser virtuoso, puro e sadio. Este conjunto normativo se disseminou nas sociedades do Ocidente e, até os dias atuais, se faz presente, sendo referência para o viver.

Na sociedade brasileira, a utilização da força, do vigor, da saúde e da vida como argumentos para afirmar a relevância da manutenção dos limites aos corpos persiste. Estes aspectos revelam a similitude entre os objetivos da burguesia europeia e os objetivos das classes dominantes atuais que controlam e disciplinam o corpo, dentro dos parâmetros determinados socialmente e naturalizados ideologicamente.

O discurso, que colaborou com a visão acima mencionada, foi religioso. O cristianismo, substanciado pelos elementos culturais judaicos e helenísticos, moldou o pensamento ocidental, colocando o sexo somente para procriação, proibindo, assim, o prazer e as várias formas de sexualidade. Em outras palavras, a relação entre homens e mulheres é exclusivamente para procriação, quaisquer aspectos que fujam desse padrão são encarados como sujos e pecaminosos. Neste sentido, o corpo desejante era combatido pela Igreja, entendido como o pecado da carne (DEL PRIORE, 2011), que deveria ser penalizado e purificado.

Nesta mesma linha de pensamento, Torres (2010, p. 24) aborda que:

Do século XV ao XXI, articula-se, tanto na Igreja Católica quanto no mundo por ela influenciado, uma moral que vê o sexo apenas como uma forma de procriação. Nesse período, os pecados sexuais são de dois tipos: consonantes com a natureza (fornicação, adultério, incesto, estupro e rapto) e contrária à natureza (masturbação, sodomia e bestialidade). Os pecados consoantes com a natureza como o estupro, adultério, etc., quando realizados por homens, sempre encontraram certa convivência social, como se eles possuíssem um menor gravidade.

Dentro da concepção judaico-cristã, as práticas sexuais foram naturalizadas e utilizadas para controlar o corpo e os desejos dos sujeitos, restringindo as possibilidades da diversidade sexual. Todas as expressões, que fujam dos arranjos ideológicos, são compreendidas como pecado, doença, inferioridade, monstruosidade e crime, segundo Borrilo (2010, p. 16)

[...] os comportamentos heterossexuais são únicos que merecem a qualificação do modelo social e de referência para qualquer outra sexualidade. Assim, nesta ordem sexual, o sexo biológico (macho/fêmea) determina um desejo sexual unívoco (hétero), assim como o comportamento específico (masculino/feminino). Sexismo e homofonia aparecem, portanto, como componente necessário do regime binário das sexualidades. A divisão dos gêneros e o desejo (hétero) sexual funcionam, de preferência, como um dispositivo de reprodução da ordem social, e não como um dispositivo de reprodução biológica da espécie. A homofobia torna-se, assim, guardiã das fronteiras tanto sexuais (hétero/homo) quanto gênero (masculino/feminino).

Portanto, criou-se um modelo societário em que o normal é ser homem branco, heterossexual, ocidental, oriundo das classes dominantes, provedor, viril e forte. Podemos, então, afirmar que esse homem é considerado superior, que se encontra no cume da cadeia hierárquica, e, por sua vez, domina dentro dos padrões da heteronormatividade. Segundo Guacira Louro (1997, p. 82)

Processos heteronormativos de construção de sujeitos masculinos obrigatoriamente heterossexuais se fazem acompanhar pela rejeição da feminilidade e da homossexualidade, por meio de atitudes, discursos e comportamentos, não raro, abertamente homofóbicos. Tais processos produzem e alimentam a homofobia e a misoginia, especialmente entre meninos e rapazes. Para eles, o “outro” passa a ser principalmente as mulheres e os gays e, para merecerem suas identidades masculinas e heterossexuais, deverão dar mostras contínuas de terem exorcizado de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade. À disposição deles estará um inesgotável arsenal de piadas e brincadeiras. E eles deverão se distanciar do mundo das meninas e ser cautelosos na expressão de intimidade com outros homens, conter a camaradagem e as manifestações de afeto, e somente se valer de gestos, comportamentos e ideias autorizadas para o “macho”.

Nessa linha de pensamento, aqueles que se encontram fora desses padrões, erigidos pela heteronormatividade, enfrentam, em seus cotidianos, inúmeras manifestações de violência que vão desde a uma simples brincadeira, expressa em piadas, até a morte, a destruição e o silenciamento do corpo e da sexualidade. São diferentes situações de discriminação, preconceito, agressões físicas e psicológicas, muitas delas realizadas por pessoas conhecidas, da família, da vizinhança, do trabalho e da escola.

Posto isto, podemos afirmar que a intolerância e a violência, presentes no tratamento dado aos diferentes e às diferentes, consubstanciam a homofobia para segregar, humilhar, desumanizar e silenciar as pessoas não heterossexuais, as lésbicas, os gays, as travestis, as (os) transexuais e as (os) transgêneros.

Essa conduta marca violentamente a trajetória dessas pessoas que, além de sofrerem com a segregação e a vigilância sobre seus comportamentos sexuais. Este fenômeno é conhecido como política do armário e hodiernamente vem sendo tema de piadas em programas de televisão e rádio, veiculados pela grande mídia no Brasil.

Desta forma, a visão predominante no imaginário da sociedade é a de que os indivíduos não heterossexuais rejeitam o seu sexo natural para assumir identidades que resultam de problemas situados na infância ou adolescência (abusos sexuais, convivência com homossexuais ou demora na iniciação de suas relações íntimas) ou do prazer perverso que sentem, isto é, da atração que possuem pelo que é considerado sujo e imoral.

Junqueira e Prado (2011) se referem a tal situação através da expressão pedagogia do insulto que, segundo eles, tende a elevar dramaticamente o custo social da revelação da homossexualidade e, por isso, costuma ser acompanhada de tensões entre ocultação e visibilidade da diferença.

A violência assume, em suas diversas formas, um papel instrumental e necessário à coerção sexual advinda da ideologia heteronormativa. Por meio dela, a hierarquização da sociedade é incorporada pelos sujeitos que destoam dos padrões heterossexistas. As experiências de agressões e intimidações alojam na comunidade LGBT o medo, a humilhação, a dor e a morte.

Esta violência circunstanciada pela intolerância ao comportamento das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, dá-se o nome de homofobia (BORRILLO, 2009).

Expoente entre os estudiosos da homofobia, Daniel Borrillo (2009, p.18) considera-a:

um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevê-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive à exterminação, como foi o caso na Alemanha nazista. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária, e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica. Se seus atos sexuais e afetivos são tidos quase como crimes, então seu lugar natural é, na melhor das hipóteses, o ostracismo, e na pior, a pena capital, como ainda acontece em alguns países. Considerado um doente, ele é objeto do olhar clínico e deve se submeter a terapias que a ciência lhe recomenda, em especial os eletrochoques utilizados no Ocidente até os anos 1960. Se as formas mais sutis de homofobia denotam uma tolerância em relação a lésbicas e gays, isso só é feito atribuindo-se a esses sujeitos um lugar marginal e silencioso, o de uma sexualidade considerada incompleta ou secundária.

Conforme acentua Borrillo, a homofobia manifesta-se de diferentes maneiras. As lésbicas, por exemplo, são discriminadas de um modo aparentemente mais sutil que as pessoas que vivenciam as demais sexualidades marginalizadas. A lesbofobia, em suas diversas formas de manifestação, é pouco notada pela sociedade. Isto advém de uma dupla opressão sofrida por mulheres, em consequência do sexo biológico e da orientação sexual com as quais são identificadas (BORGES, 2005)

A invisibilidade das mulheres lésbicas é o efeito produzido pelas normas de gênero e pela heterossexualidade compulsória. Seus corpos foram situados pela ideologia heteronormativa como objetos ao desejo masculino. A identidade sexual lésbica foi transformada em fetiche, isto é, erotizada mediante o desejo do homem em aventurar-se numa experiência sexual com duas ou

mais mulheres, permanecendo ele como núcleo dessa relação. Nesse caso, elas permaneceriam em conformidade aos padrões heteronormativos e apenas se sujeitariam a tal fantasia para propiciar prazer ao homem.

Quando lésbicas manifestam sua sexualidade, os assédios denotam o olhar vigilante das fronteiras de gênero. Esse olhar as persegue, sugerindo a cura para o disformismo de seus comportamentos. Nessa situação, muitos homens as veem como mulheres frustradas, frígidas, e propõem o próprio falo como um elemento transformador. O olhar heteronormativo sugere que a sexualidade das mulheres lésbicas seja consequência da ausência de uma experiência sexual viril o suficiente para completa-las.

De modo geral, os componentes étnicos e classistas acentuam a discriminação contra as pessoas não heterossexuais. A lésbica, o travesti ou o gay que seja negro, pobre ou que resida em zonas consideradas periféricas, por exemplo, é retaliado de forma mais violenta.

A homofobia atua com características próprias a cada identidade sexual. Porém, a anormalidade enxergada na sexualidade das pessoas não heterossexuais é trivial no contínuo processo de hierarquização sexual da sociedade. A violência brutal as inferioriza e, repetidas vezes, fomenta realidades trágicas e cruéis.

A homofobia está também inserida nas instituições públicas. A escola, as forças armadas, a justiça, a polícia e outros órgãos da administração pública não estão isolados das redes societárias. Eles envolvem situações de explícita discriminação e violência homofóbica. Nesses espaços, a heteronormatividade é criadora de diferenciações ilegais, porém, corriqueiras (MARINHO e SANTOS, 2012).

A heteronormatividade, inerente ao cenário social brasileiro, constituiu a histórica vulnerabilidade da comunidade LGBT. Em diferentes direções ela aponta, atingindo a sociabilidade dessas pessoas até mesmo perante o Estado. A violência, em suas diversas formas, está marcada nas trajetórias de brasileiras e brasileiros que, julgados em tribunais de rua, não mereceram mais que o escárnio como resposta as suas desonestidades sexuais.

As denúncias do movimento LGBT revelam que os dados da violência contra homens e mulheres homossexuais são alarmantes, revelando, nos últimos anos, assassinatos de centenas de gays, travestis e lésbicas no país. Pesquisas recentes sobre a violência contra a população homossexual informam sobre a dinâmica silenciosa e cotidiana da homofobia. Entre elas, destacamos os resultados do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, ano de 2012, realizado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, e do Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT), relativo ao ano de 2013, de autoria do Grupo Gay da Bahia (GGB).

O relatório da Secretaria Nacional de Direitos Humanos é constituído de dados obtidos por meio de políticas governamentais para recebimento de informações. O Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Ouvidoria do SUS e o Disque Direitos Humanos foram as principais fontes deste documento.

Quanto ao sexo biológico das vítimas, 67,5% destas nasceram do sexo masculino, e, 26,4% do sexo feminino, e, 6,1% de não informados (BRASIL, 2012). Estes dados corroboram a tese da invisibilidade das mulheres e sustentam a ideia de que o sexismo as atribui uma sexualidade de menor importância. A lesbofobia conjuga a mulher lésbica à dominação simbólica e ao silenciamento de sua sexualidade, porque a considera menos relevante que a do homem.

Quanto à orientação e identidade sexual, foi relatado que 6,7% das vítimas são lésbicas; 36,5% são gays; 0,84% bissexuais (0,42% homens bissexuais e 0,42% mulheres bissexuais); 50,5% são travestis e 2,3% são heterossexuais (1,8% de homens heterossexuais e 0,5% de mulheres heterossexuais) (BRASIL, 2012).

O maior índice de violência recai sobre as travestis. Esta realidade aduz à concepção de que estes sujeitos são os mais estigmatizados pela heteronormatividade, pois as travestis possuem identidade dupla, pois se sente homem e mulher, ao mesmo tempo e adéquam o seu corpo a essa identidade sexual (TORRES, 2010). Por isto, são vítimas de várias formas de violência, porque rompem com a concepção estabelecida de gênero e sexualidade.

Já o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT), relativo ao ano de 2012, realizado pelo Grupo Gay da Bahia, por meio da coleta das notícias dos crimes de ódio apresentadas pela mídia, aponta o estado de Alagoas é, em termos relativos, o estado mais perigoso para população LGBT. A Paraíba ocupa o segundo lugar, seguido do Piauí. Tais dados confirmam que na região Nordeste a incidência da homofobia é maior. Nesta região, composta por 28% da população brasileira, concentra 45% das mortes, motivadas pela homofobia. O Sudeste possui 23% das mortes, seguido pela região Sul com 10%, o Norte apresenta o percentual de 13% e o Centro Oeste com o menor índice de 9%. O Relatório afirma ainda que o ano de 2012 foi o mais violento para as lésbicas, se comparado com os anos anteriores.

Desde a primeira pesquisa, nunca foram noticiados tantos assassinatos. Vale ressaltar que entre 1980 e 2002, foram assassinados 2.218 homossexuais. De acordo com citado Relatório de 2012, ocorre um assassinato de homossexuais a cada 26 horas no Brasil. Entre essas mortes, 56% são de gays, 37% de travestis e 5% de lésbicas e 1% de bissexuais.

Notamos, por meio dos dados, que são sujeitos que vivenciam, cotidianamente, as várias formas de violência, são os condenados por terem orientação sexual distinto do normal, ou seja, são sujeitos que rompem com a perspectiva da ideologia predominante, em uma realidade dividida por classes, pelas condições étnico raciais, pela posição de gênero.

Conforme menciona uma das entrevistadas da pesquisa, intitulada sexualidade e educação: Desvelando a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no espaço escolar, da cidade de Vitória da Conquista - Bahia- Brasil, quando afirma:

Sou mulher, lésbica, negra e pobre, estou pedindo para sofrer, pois enfrentamos cada coisa em nossa vida, só porque gosto de mulher, ouço cada coisa e, até mesmo, já sofri tentativa de estupro [uma pausa]. E não aconteceu nada como o cara que tentou fazer isto. O pior é que na cabeça das pessoas fui a responsável por isto. Pode?

Como percebemos no trecho acima, a jovem apresenta angústia e medo das reações por ser mulher, lésbica e negra, em uma sociedade homofóbica, cujos dados da violência impressionam. Além disto, a entrevista, em um curto momento, narra uma tentativa de estupro. Situação está que vem aumentando consideravelmente no país, o chamado estupro correctivo, onde pessoas estupram as vítimas na tentativa de cura-las de uma suposta doença. Segundo o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, há registro no Disque 100 de mulheres vítimas de violência sexual, o denominado estupro coretivo. Portanto, a entrevistada quase seria uma destas vítimas. No entanto, podemos sublinhar que mesmo que houve o ato em si, colocar a vítima em condição vulnerável, em meio a impunidade.

Outro entrevista narra momentos sofridos de violência, no espaço doméstico, quando o adolescente afirma que:

Por ser gay sempre fui considerado uma aberração em minha casa. Meu pai não fala comigo, minha mãe me fala piadas, meus irmãos me ofendem, ou seja, não sou ninguém na minha casa. Tem hora que tenho vontade de sumir do mundo. Na escola, sofri quase a mesma coisa, será que estou errado por ser gay?

O trecho parece com a realidade de centenas de adolescentes brasileiros que rompem com o silêncio da sexualidade naturalizada, por isto, sofre violência, primeiro, no espaço doméstico, entendido, ideologicamente, como espaço do amor, da proteção e do aconchego, no entanto, como qualquer espaço societário, ele é tecido no movimento contraditório da realidade, cindida por classes e pelas condições étnico raciais. E depois, nos distintos espaços da sociedade

Com base nestes relatos e nos dados dos mencionados Relatórios, podemos afirmar que aqueles que se encontram fora do universo heteronormativo enfrentam, em seus cotidianos, inúmeras manifestações de violência que provocam o silenciamento do corpo e da sexualidade. São diferentes situações de discriminação, preconceito e agressões físicas e psicológicas. São nos espaços sociais que gays, lésbicas, travestis e transexuais são transformados em “ seres descartáveis” , destituídos de direitos e da proteção do estado.

O conceito de direito, na interpretação de Hannah Arendt (1989), constitui uma forma de sociabilidade política, em que o direito só pode existir no exercício do direito, ou seja, ele é compartilhado e legitimado na experiência de vida em sociedade. Portanto, para materializar o direito é necessário “ [...] um espaço no qual cada um pode ser julgado por suas ações e opiniões, e não pelo que são, enquanto classe, origem ou raça [ou gênero]” (TELLES, 1990. p 40).

A sociedade brasileira teceu uma cultura política, cujas práticas têm a sua raiz de sustentação nas permanências da sociedade colonial. Tais práticas penetram o cotidiano das pessoas gerando todo tipo de violência e criando uma realidade onde não existe a mediação das regras universais, impessoais e abstratas. Dito de outra forma, utilizando mais uma vez a contribuição de Telles (1994, p.91):

[...] uma sociedade em que a descoberta da lei e dos direitos convive com uma incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações [...], e a demanda por direitos se faz muitas vezes numa combinação aberta ou encoberta por práticas renovadas de clientelismo e favoritismo que repõem diferenças onde deveriam prevalecer critérios públicos igualitários.

Nessa perspectiva, a sociedade brasileira forja uma realidade em que a violação dos direitos da população se naturaliza no imaginário social. Esse distanciamento da política produz uma situação nefasta: o autoritarismo. E nesse cenário, a população LGBT enfrenta uma realidade em que a homossexualidade é entendida como pecado, doença, inferioridade, monstruosidade ou crime. Os direitos, nessa sociedade hierárquica, são destinados aos heteros, brancos das classes médias e altas.

Desta forma, aqueles que se encontram fora do universo heteronormativo enfrentam a ira e a vigilância das fronteiras de gênero. Nas mais distintas perspectivas encontram-se caminhos para disseminar a intolerância à multiplicidade de expressões das orientações sexuais.

Um exemplo dessa situação: não há nenhum constrangimento ou reação quando uma pessoa afirma publicamente que odeia gay ou lésbica, ou é melhor ter um filho morto que homossexual, ou ainda contar piadas pejorativas para ridicularizar ou agredir verbalmente alguém por ser homossexual. Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais estão condenados a este tratamento e são impelidos a não responderem tais ofensas, uma vez que isto implicaria em ainda mais exposição de suas situações de vulnerabilidade frente a seus agressores. Neste caso, podem ser castigados, execrados e até mesmo mortos, por assumirem condutas divergentes da conduta heteronormativa.

Por isso, inferimos que instituições no Brasil fomentam a violência à população LGBT de tal forma que a coloca na posição de pária, no sentido empregado por Hannah Arendt, ou de descartáveis, na perspectiva teórica de Agamben.

Na perspectiva analítica de Arendt (1995, p.28), a violência, por sua própria natureza, detém um caráter instrumental, é um meio para atingir determinado fim, portanto necessita de se justificar através de algo mais que não pode ser a essência de coisa alguma. E, como ela é exercida no contexto individual, não tem a capacidade do agir coletivo e plural. Portanto, torna-se obstáculo ao diálogo, à divergência e à negociação, que, conseqüentemente, cria um processo que desumaniza o homem e o retira de sua condição humana.

Neste caso, a violência destrói o espaço em que a política se faz, constituindo assim o seu reino, aniquilando todas as formas de organização e instaurando um estado policial de vigilância, que se torna superior aos aparelhos de repressão do Estado (ARENDR, 1989).

Os párias, os supérfluos, os agonizantes, na descrição de Hannah Arendt, passaram a não compartilhar a comunidade política”, e são expulsos do mundo comum. "Isso só pôde acontecer porque os Direitos do Homem, apenas formulados, mas nunca filosoficamente estabelecidos, apenas proclamados, mas nunca politicamente garantidos, perderam, em sua forma tradicional,

toda a validade" (ARENDDT, 1989, p.498). Neste aspecto, podemos refletir sobre o terror vivido por mulheres e homens homossexuais, que não podem expressar seus sentimentos, afetos e desejos publicamente, pois, caso o façam, estarão sujeitos a diversas formas de violência.

Com o propósito de formular uma reflexão sobre esta questão, as considerações de Giorgio Agamben (2002), em *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* são fundamentais. Este autor, partindo de um diálogo intenso com Michel Foucault, Hannah Arendt, C. Schmitt, Walter Benjamin, entre outros, acentua que, na modernidade singularizada pelo horror dos campos de concentração nazistas e estalinistas, o corpo biológico ingressou no centro dos cálculos, dos saberes e das estratégias do poder estatal, transformando a política em biopolítica, por meio da qual as pessoas são expostas à vida nua, isto é, "a uma vida matável e insacrificável pelo soberano. Em outras palavras, uma vida residual e irreduzível, que deve ser excluída e exposta à morte, como tal, sem que nenhum rito e nem sacrifício possam resgatá-la" (AGAMBEN, 2002, p. 107).

O estado de exceção evidencia-se nas postulações de Agamben. Elas permitem olhar para a situação de centenas de homossexuais, vítimas de inúmeras formas de violência, vivências próximas à vida nua, as que podem ser descartáveis, aniquiladas, despojadas de direitos, pois perderam sua visibilidade na dimensão pública. Não são ouvidos e nem vistos, como se não existissem, compelidos ao terreno da indiferença, pois as vidas desses sujeitos metamorfoseiam-se em morte, cujo sofrimento não causa comoção na sociedade em geral e nem usufruem de medidas estatais eficientes que promovam a transformação de tal realidade.

Portanto, na trilha dos autores citados acima, sublinhamos que neste cenário de violência, no Brasil, alimentado pela ideologia heteronormativa e a impunidade, as lésbicas, os gays, as travestis e as (os) transexuais são metamorfoseados em condenados por infringirem a norma naturalizada da sexualidade, rompendo com a concepção ideológica de uma única orientação sexual, a heterossexualidade. Além disto, o famigerado sistema homofóbico possibilita que essa população LGBT seja destituída de direitos e da proteção do estado. Portanto, garantir a diversidade sexual enquanto direito é permitir que esse sujeitos expressem seus desejos e identidades sexuais, ou seja, que possam viver.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. *A chave do armário: homossexualidade, casamento e família*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A Condição Humana*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1995.
- BENTO, Berenice. *A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORGES, Lenise Santana. *Visibilidade lésbica: um comentário a partir de textos da mídia. Sexualidade, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro, ano XII, n.23/24/25, out. 2005.
- BORRILLO, Daniel. *A homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011*. Secretaria de Direitos Humanos; Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (organizadores). – Brasília, DF, Secretaria de Direitos Humanos, 2012.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I, A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.



LOURO, Guacira Lopes (org.). Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MARINHO, Marcos Silva e SANTOS, João Diógenes F. da. Heteronormatividade e Homofobia nos espaços educacionais de Vitória da Conquista/BA. In: Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais, 15., 2012. Anais: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT05-11.pdf>.

PICAZIO, Claudio. Uma outra verdade: perguntas e respostas para pais e educadores sobre homossexualidade na adolescência. São Paulo: Editora GLS, 2010.

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT), 2012. Disponível em : [www.ggb.org.br](http://www.ggb.org.br) Acessado em 05/05/2013.

TORRES, Marco Antônio. A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola. Série Cadernos da Diversidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto: UFOP, 2010.